

no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de *hedge* for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPA, uma expectativa de glossas baseada na experiência da Administração e no histórico de glossas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13. **g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. **h. Imobilizável** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **j. Arrendamentos**: os contratos são avaliados, se e mesmo são ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável. Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso - tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **• Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **• Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta de energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração. Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **n. Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30; **o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares aqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade paga ou receba um único pagamento líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos a medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia; **p. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **q. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **r. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação; **s. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representam a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outros concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. **t. Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual o benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito quando empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido. **u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; **e v. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023)/IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)
(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:		
Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 37	Contrato Oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 5 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e de IFRS 5 2018-2020	IAS 41/CPC 29.
		1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.3. Reapresentação de exercícios anteriores: A Administração da Companhia procedeu a correção de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e das demonstrações da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa de exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originando emittidas em 16 de março de 2022, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue: (a) correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado; e (b) apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima.

Balanço patrimonial	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)	Divulgado 2020	Ajustes (reapresentado)	01/01/2021
Ativo						
Consumidores e concessionárias (a)	860.271	(126.127)	734.144	694.527	(58.238)	636.289
Tributos a recuperar (b)	81.521	38.057	119.578	68.456	17.686	86.142
Ativo circulante	1.774.682	(88.070)	1.686.612	1.560.645	(40.552)	1.520.093
Ativo Total	5.222.166	(88.070)	5.134.096	3.928.700	(40.552)	3.888.148
Passivo						
Impostos e contribuições sociais (b)	117.716	(11.667)	106.049	109.988	(5.387)	104.601
Encargos setoriais (a)	38.274	(657)	37.617	26.787	(303)	26.484
Passivo circulante	1.211.741	(12.324)	1.199.417	1.195.163	(5.690)	1.189.473
Encargos setoriais (a)	17.331	(476)	16.855	18.738	(220)	18.518
Passivo não circulante	3.039.832	(476)	3.039.356	1.698.320	(220)	1.698.100
(Prejuízos) acumulados (a) e (b)	-	(75.270)	(75.270)	-	(34.642)	(34.642)
Patrimônio Líquido (a) e (b)	970.593	(75.270)	895.323	1.035.217	(34.642)	1.000.575
Passivo Total	5.222.166	(88.070)	5.134.096	3.928.700	(40.552)	3.888.148
2021						
Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 2021	Ajustes (reapresentado)				
Receita operacional líquida (a) e (b)	4.183.037	(60.999)	4.122.038			
Lucro bruto (a) e (b)	1.193.028	(60.999)	1.132.029			
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos (a) e (b)	1.008.294	(60.999)	947.295			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	891.072	(60.999)	830.073			
Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	(206.917)	20.371	(186.546)			
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.143	(40.628)	560.815			
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	929,59	(62,80)	866,79			
2021						
Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 2021	Ajustes (reapresentado)				
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815			
Total de outros resultados abrangentes do exercício	611.167	(40.628)	570.539			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2021	Ajustes (reapresentado)	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) e (b)	1.035.217	(34.642)	1.000.575
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815
Total do patrimônio líquido (a) e (b)	970.593	(75.270)	895.323

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2021	Ajustes (reapresentado)	2021
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	5.349.028	(67.889)	5.281.139
Valor adicionado bruto	2.720.467	(67.889)	2.652.578
Valor adicionado líquido	2.614.880	(67.889)	2.546.991
Valor adicionado total a distribuir	2.830.071	(67.889)	2.762.182
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (b)	548.049	(26.651)	521.398
Obrigações intrasetoriais (a)	428.961	(610)	428.351
Remunerações de capitais próprios			
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(40.628)	(40.628)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 2021	Ajustes (reapresentado)	2021
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	289.629	(20.371)	269.258
(Aumento) de consumidores e concessionárias (a)	232.760	67.889	(164.901)
Aumento de impostos e contribuições sociais (b)	(16.238)	-	(16.238)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar (b)	22.056	(6.280)	15.776

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisitos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equiva a 94,1%, do CDI (85,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Caixa e depósitos bancários à vista	2022	2021
Aplicações financeiras de liquidez imediata	47.760	32.462
Compromissada	63.923	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	111.683	32.462
5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, LFT, Nota do Tesouro Nacional (NTNF, NTNIB), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equiva a 100,2% do CDI (117,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021).		
	2022	2021

Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	688	251
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	77.951	17.151
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	-	2.684
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4.701	146
Compromissadas	3.075	-
Fundo Multimercado	806	3.138
Fundo de Renda Fixa	187.984	80.902
Letra financeira do Tesouro (LFT)	14.183	88.707
Letra financeira (LFNP)	-	35
Letra financeira (LF)	13.791	34.541
Letra financeira (LFP)	-	378
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	-	5.944
Nota do Tesouro Nacional (NTNIB)	564	59.842
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	3.122
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽¹⁾	23.492	31.846
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	327.270	328.652
Circulante	303.778	296.806
Não circulante	23.492	31.846
(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 109,3% (94,5% a 152,7% em 2021) e média ponderada 85,5% do CDI (96,1% em 31 de dezembro de 2021). (2) Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LFNP, LF, LFP, LTN, NTNIB e NTNF são remuneradas 102,9% do CDI Fundo BB Energia, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 108,1% do CDI Fundo BTC Zona da Mata, (107,0% em 31 de Dezembro de 2021) do CDI Fundo FI Energisa, 102,6% (117,3% em 31 de Dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona A-Mat e (127,8% em 31 de Dezembro 2021) do CFI Fundo Cataquases. (3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034. (4) Inclui R\$594.337 (R\$49.248 em 2021) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos e outros.		

2022	2021
2.009	1.840
23.492	31.846
68.147	15.333
689	229
94.337	49.248

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

Valores correntes:	Saldos a vencer			Saldos vencidos			PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021 (reapresentado)
Residencial	97.389	-	66.520	12.163	2.058	5.040	(21.490)	161.680	180.352
Industrial	16.606	-	3.508	233	405	4.093	(4.119)	20.726	20.650
Comercial	40.429	-	16.644	2.323	1.518	5.581	(7.126)	59.399	58.395
Rural	16.376	-	9.918	2.591	5.492	1.873	(1.957)	34.827	43.220
Poder público	20.604	-	795	51	14	33	-	22.793	22.793
Iluminação pública	9.243	-	354	32	-	82	(82)	9.629	11.511
Serviço público	10.548	-	39	-	1	4	(4)	10.588	11.387
Fornecimento não faturado	279.219	-	-	-	-	-	(342)	278.877	269.154
Arrecadação Processo Classificação	(526)	-	-	-	-	-	-	(526)	4.588